JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2023.03.31 10:16:07 -03'00'

PARCOM PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ: 00.185.475/0001-08

Relatório da Administração e do Liquidante - Demonstrações Contábeis - Em 31 de Dezembro de 2022 - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012 foi deliberada a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas. A evolução dos principais fatos ocorridos neste exercício, poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis e notas explicativas. Sendo assim, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Desempenho no Exercício -** A Companhia apresentou mutação negativa dos ativos líquidos no exercício no montante de R$251.578, basicamente oriundo de provisões para riscos fiscais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços que Não Auditoria Independente -** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes BKR – Lopes, Machado Auditores, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Parcom Participações S.A. – Em liquidação. Rio de Janeiro, 28 de março de 2023. Parcom Participações S.A. – Em liquidação

Demonstração dos Ativos Líquidos - Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares reais)*

Ativo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.423	5.072
Tributos a recuperar	7	82	78
Depósitos judiciais	6	14.578	-
		20.083	5.150
Passivo			
Obrigações fiscais		8	4
Contas a pagar		-	3
Provisões tributárias	9	16.518	15.937
		16.526	15.944
Ativos Líquidos	8	3.557	(10.794)

Demonstração da Mutação dos Ativos Líquidos

Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Gastos no período	Nota	2022	2021
Despesas administrativas	10	(187)	(144)
Despesas tributárias	11	(30)	(13)
Outras receitas			
Recuperação de despesa		-	10
Ganhos financeiros			
Receitas financeiras, líquidas	13	617	211
Ajustes de Provisões			
Provisões tributárias	9b	(583)	(577)
Variação dos ativos líquidos antes dos tributos		(183)	(513)
Imposto de renda e contribuição social	12	(69)	(11)
Variação dos ativos líquidos		(252)	(524)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Rendimentos financeiros	2022	2021
Aplicações financeiras	609	211
Recuperação de despesas	-	10
Recebimentos		
Depósitos judiciais	-	3
Integralização de capital	14.600	-
Restituição de tributos	61	2
Pagamentos		
Depósitos judiciais	(14.578)	-
Serviços de auditoria e consultoria	(21)	(46)
Serviços jurídicos	(58)	(8)
Armazenagem	(45)	(42)
Publicações societárias	(21)	(31)
Tributos	(157)	(47)
Serviços do sistema financeiro	(15)	(13)
Demais gastos	(24)	(3)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	351	36
Caixas e Equivalentes a Caixa no Início do Exercício	5.072	5.036
Caixas e Equivalentes a Caixa no Final do Exercício	5.423	5.072
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	351	36

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 - Contexto Operacional: A Parcom Participações S.A. - Em liquidação ("Companhia") com sede na cidade do Rio de Janeiro, tinha como objetivo a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior. A Companhia propôs uma série de ações judiciais contra companhias de telefonia, objetivando o recebimento de indenização pelo descumprimento de Contratos de Participação Financeira em Investimentos do Serviço Telefônico que concediam aos seus titulares o direito ao recebimento de ações de emissão da então Telebrás ou de suas subsidiárias – posteriormente privatizadas. Tais contratos foram firmados originalmente pelos assinantes das linhas telefônicas e seus direitos transferidos à Companhia por instrumento em causa própria. As ações judiciais foram propostas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná em face das companhias de telefonia destes Estados. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012 foi deliberado a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com a proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas, remanescendo na Companhia um saldo de caixa cujo montante foi avaliado pelo Liquidante como sendo suficiente para dar seguimento ao processo de dissolução anteriormente aprovado. Existem pendências jurídicas e administrativas a serem concluídas impedindo a conclusão da liquidação da Companhia, conforme detalhado nas notas explicativas n° 6 e 9 as quais são parte integrante das demonstrações contábeis. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis em Liquidação: 2.1 Base de preparação e Apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade -** As demonstrações contábeis apresentadas em bases de liquidação foram preparadas de acordo com o CPC para Entidades em liquidação e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela Administração em 28 de março de 2023. **b) Base de mensuração -** Considerando que foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações. **c) Moeda funcional e de apresentação -** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d) Uso de estimativas e julgamentos -** A elaboração das demonstrações contábeis em liquidação requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021. **e) Coronavírus -** Em observância ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos provindos da pandemia do Coronavírus (COVID-19). A Administração até o momento não identificou alterações no uso de julgamento ou alterações na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas notas explicativas. **3 - Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Apuração do resultado -** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercício. **b) Instrumentos financeiros - *(i) Ativos financeiros não derivativos -*** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa -*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 (noventa) dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. ***Passivos financeiros não derivativos -*** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **c) Tributos a recuperar -** São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **d) Depósitos judiciais -** Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais. Estão registrados ao custo histórico e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorram desfecho favorável das questões para a Companhia. **e) Imposto de renda e contribuição social -** São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R$240 ano ou R$20 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. **f) Demonstração dos Fluxos de Caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa	2022	2021
Depósitos bancários	1	-
Aplicações financeiras(a)	5.422	5.072
Total	5.423	5.072

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 2021, a remuneração média foi de 100,89% do CDI (101.97% em 2021). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

			2022		2021	
Fundo	Nível	Administrador	Quant. de Cotas	Valor	Quant. de Cotas	Valor
Opportunity Top DI FIC FIRF	1	BNY Mellon	981.798,915	5.333	1.047.463,716	5.066
Itaú Top DI FIC FI Ref.	1	Banco Itaú	15.321,156	89	1.104	6
				5.422		5.072

5 - Partes Relacionadas: a) Remuneração do pessoal-chave da Administração - A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o período de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2022.

6 - Depósitos Judiciais	(i) Glosa de despesas	(ii) Compensação de IRPJ e CSLL	Total
Depósitos efetuados	13.372	1.206	14.578
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.372	1.206	14.578

(i) Depósito refere-se a auto de infração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), do ano calendário de 2006, em razão de glosa de despesa relativas à remuneração de debêntures, conforme nota explicativa 9.a. (ii) Depósito refere-se a auto de infração lavrado para a cobrança de débitos IRPJ e CSLL, em razão de compensação supostamente indevida de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, nos anos calendários de 2008 e 2009.

7 - Tributos a Recuperar	2022	2021
Imposto de renda	77	66
Contribuição social	5	12
Total	82	78

8 - Ativos Líquidos: a) Composição - Os ativos líquidos estão representados por 1.486.470.226 ações (26.470.226 em 2021), sendo 1.477.952.562 (17.952.562 em 2021) ações ordinárias e 8.517.664 ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01. A Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2022, aprovou o aumento do capital social em R$ 14.600, com a emissão privada de 1.460.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Destinação do lucro -** O estatuto assegura aos acionistas o pagamento de Dividendo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Não houve distribuição de dividendos devido à prejuízos acumulados. **9 - Contencioso:** A Companhia é parte em processos judiciais e utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de entrada e de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas possíveis e prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. **Processos provisionados -** Os passivos decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela Administração da Companhia, com análise individual destes processos, tendo como base, a opinião dos seus advogados e consultores jurídicos. Os processos encontram-se na fase administrativa e na opinião de nossos assessores jurídicos as chances de perda são consideradas possíveis e são constituídas provisões para contingências na data base das demonstrações contábeis. a) A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em 8 de outubro de 2010 (Processo nº 11052.000825/2010-15). O auto de infração teve por objeto o IRPJ e a CSLL em razão da indedutibilidade das despesas contabilizadas no ano calendário de 2006, no valor histórico de R$10.454, a título de pagamento da remuneração das debêntures de emissão da Companhia mantidas em circulação entre janeiro de 1995 e abril de 2007. A autoridade administrativa sustentou a sua argumentação alegando, basicamente, que as referidas despesas financeiras não atenderiam aos critérios de necessidade, usualidade e normalidade de que trata o regulamento do imposto de renda, para fins de dedutibilidade de qualquer despesa. Em 27 de agosto de 2014 foi julgada improcedente a impugnação apresentada pela Companhia. Em sequência foi interposto o recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2022 era de R$13.372 (R$12.702 em 2021). A Companhia realizou depósito judicial conforme nota explicativa 6(i). b) A Companhia foi atuada pela secretaria da Receita Federal em 18 de agosto de 2011 (Processo nº 12448.731961/2011-51). O auto de infração lavrado para cobrança de débito de IRPJ e CSLL, em razão de compensação supostamente indevida de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL, nos anos calendários de 2008 e 2009. Em 02 de fevereiro de 2015 foi proferida decisão julgando parcialmente procedente a impugnação, reduzindo uma pequena parte da exigência de IRPJ. Em sequência foi interposto recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2022 era de R$1.206 (R$1.212 em 2020). A Companhia realizou depósito judicial conforme nota explicativa 6(ii). c) A Companhia teve ciência em 22 de dezembro de 2012 da decisão proferida pela Secretaria da Receita Federal da Homologação parcial e do não reconhecimento do pedido de restituição da declaração de compensação de crédito relativo a saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2003 com débitos próprios. Em 23 de janeiro de 2012 foi apresentado manifestação de conformidade e, em 10 de novembro de 2020 através do acórdão nº 03-83.649 que, por unanimidade dos votos, julgou procedente em parte a manifestação de inconformidade e reconheceu parcialmente o direito creditório pleiteado. Em 07 de dezembro de 2020 foi interposto o recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2022 era de R$1.792 (R$1.713 em 2021). d) A Companhia teve ciência em 18 de agosto de 2014 (Processo 12448.906768/2014-22) da decisão proferida pela Secretaria da Receita Federal da não Homologação do pedido de compensação de crédito relativo a saldo negativo de IRPJ ano calendário de 2009, para quitação dos débitos vincendos de CSLL, COFINS e PIS sob o argumento de inexistência do saldo negativo. Em 17 de setembro de 2014 foi apresentado manifestação de inconformidade. Em 09 de março de 2021 os autos foram remetidos para Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2022 R$148 (R$141 em 2021).

10 - Despesas Administrativas	2022	2021
Consultoria e assessoria	24	28
Armazenagem	42	42
Auditoria externa	22	21
Publicações	21	31
Serviços jurídicos	62	8
Outras despesas	16	14
	187	144

11- Despesas Tributárias	2022	2021
Pis e Cofins	29	10
Taxas estaduais	1	3
	30	13

12 - Imposto de Renda e Contribuição Social	2022	2021
Variação dos ativos líquidos antes do IRPJ	(183)	(511)
Adições	583	575
Provisões tributárias	583	575
Exclusões	(8)	-
Atualização de créditos tributários	(8)	-
Lucro real antes da compensação do prejuízo fiscal	392	64
Compensação do prejuízo fiscal (30%)	(117)	(19)
Base de Cálculo	275	45
Imposto de renda e contribuição social	69	11

13 - Resultado Financeiro	2022	2021
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicação financeira	609	210
Atualização de tributos a recuperar	8	1
	617	211

14 - Objetivos e Políticas para Gestão de Risco Financeiro: Considerações gerais e políticas - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração. A Companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos: ***Risco de mercado -*** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Empresa. Os resultados da Companhia não estão sujeitos a exposição, sensibilidade e variação dos preços de mercado por não está desenvolvendo nenhuma atividade operacional. ***Risco de taxa de juros e taxa de câmbio -*** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio. ***Risco de crédito -*** As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito). No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. ***Risco de liquidez -*** Representa o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. ***Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros -*** O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2022:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	12,25%	9,19%	6,13%
Aplicações financeiras				
R$ 5.422 em 31/12/2022	-	664	498	332

15 - Cobertura de Seguros (não auditado): Não foi contratado nenhum tipo de seguro.

Liquidante - Norberto Aguiar Tomaz

Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Parcom Participações S.A. – Em Liquidação - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Parcom Participações S.A. – Em Liquidação ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações dos ativos líquidos, da mutação dos ativos líquidos e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parcom Participações S.A. – Em Liquidação em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional - *Demonstrações contábeis em liquidação -*** Conforme descrito na nota explicativa nº1 das demonstrações contábeis em liquidação, os acionistas decidiram de forma antecipada, em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de dezembro de 2012 e 20 de fevereiro de 2013, encerrar as operações da Companhia (em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável). Em 2013, foi realizada a entrega antecipada de parte dos ativos e passivos aos acionistas. A Companhia possui pendências jurídicas e administrativas que estão sendo concluídas e impedem a sua liquidação imediata e, a Administração entende que a dissolução efetiva deve aguardar a conclusão dessas demandas. Assim, a dissolução e liquidação da Companhia irá depender da conclusão de tais processos. Consequentemente, as demonstrações contábeis foram preparadas em base de liquidação e, portanto, a valorização dos ativos e passivos foi efetuada sob esta premissa, e a Companhia modificou a base contábil de continuidade ("*going concern*") para base de liquidação. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA -** Conforme descrito na nota explicativa n°4, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no montante de R$5.423 mil, que representa aproximadamente 27% do total do Ativo da Companhia. Essas cotas de fundos de investimentos são precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no regulamento do fundo e registradas ao seu valor justo por meio do resultado. Consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria -** Realizamos o recálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência dessas cotas pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas explicativas nº3(b) e nº 4. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as contas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - *CPC LIQUIDAÇÃO – Entidades em liquidação -*** Em atendimento ao CPC Liquidação – Entidades em liquidação, aprovado em 05 de março de 2021, a companhia está apresentando as demonstrações contábeis elaboradas com bases distintas de reconhecimento e mensuração, aplicáveis exclusivamente para entidades em liquidação. ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior -*** As demonstrações contábeis da Parcom S.A. – Em Liquidação, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório datado de 15 de março de 2022, foi emitido, sem opinião modificada. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023.

BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5
Independent Member of - BKR International

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0

Marcio Alves Gonçalves Marçal
Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8